

Educación
FLACSO ARGENTINA
Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales
propuesta@flacso.org.ar
ISSN 1995- 7785
ARGENTINA

Propuesta
Educativa
40

2013

Dossier

**“Titulação Escolar, Classificações Ocupacionais e Importação Cultural”,
por Odaci Luiz Coradini,**

Propuesta Educativa Número 40 – Año 22 – Nov. 2013 – Vol 2 – Págs 32 a 47

Titulação Escolar, Classificações Ocupacionais e Importação Cultural

ODACI LUIZ CORADINI*

Os esquemas de classificação e as categorias estatísticas oficiais podem interessar às ciências sociais por diferentes razões. No que tange especificamente à sociologia uma das presenças mais imediatas e evidentes das categorias estatísticas ocorre na condição de fonte e, de modo mais frequente, como problemas de dados e informações e de técnicas de codificação e de análise. No Brasil esse tipo de problema suscitou a emergência de uma vulgata decorrente de uma oposição primária entre aquilo que é tido como métodos “quantitativos” e “qualitativos”, estes últimos em geral vistos como qualitativamente melhores. Porém, independentemente das fraquezas e precariedades de disciplinas como a sociologia em condições periféricas, é inegável que há uma crescente e generalizada utilização de informações estatísticas, inclusive pela própria sociologia. Essa expansão dos usos de informações estatísticas pela sociologia tem o efeito, inclusive, de tornar mais agudos ou explícitos alguns problemas decorrentes das diferenças nos interesses e códigos de ação contidos, por um lado, na coleta, armazenamento e difusão de informações estatísticas e, por outro, em sua utilização pelas ciências sociais. Esse tipo de problema é particularmente agudo no que tange a alguns dos esquemas de classificação, dentre os quais se destaca aquele das ocupações, ao ponto de Merllié (1983) propor que a condição para a utilização de categorias sócio-profissionais é o controle dos interesses e condições que estão na base de sua geração.

Porém, apesar da diversidade dos problemas metodológicos suscitados nos usos de informações estatísticas pelas ciências sociais, o presente texto está centrado num outro eixo geral de problemas. Trata-se das relações entre as classificações sociais e as modalidades de imposição de princípios de legitimação, particularmente aqueles associados às classificações ocupacionais e à escolarização e respectivas categorias e suas implicações para a análise do espaço de posições sociais. As bases empíricas consistem no aproveitamento parcial de um trabalho com uma temática mais ampla, no qual foram analisados os processos de importação e de adaptação de esquemas de classificação estatística no Brasil e seus efeitos para a análise do espaço de posições sociais. Portanto, frente à abrangência do tema, a opção adotada foi a de privilegiar um eixo da problemática, além de abrir mão das demonstrações empíricas mais detalhadas¹.

Classificações sociais e estatísticas e importação cultural

Com a expansão da utilização de estatísticas oficiais, nos países centrais também ocorreu o crescimento das análises e discussões sociológicas relativas a seus significados e implicações. Embora não caiba entrar em detalhes sobre essas análises, é necessário destacar algumas de suas questões básicas, para então situar o problema em condições periféricas. Uma das mais gerais dessas questões consiste no grau e nas modalidades da existência de alguma autonomia relativa na geração e imposição de esquemas de classificação estatística. Há uma diversidade de posições relativamente à proeminência dos esquemas de classificação já socialmente objetivos frente à sua oficialização pelos esquemas de classificação estatística, que abrange desde



Prof. de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil), voltado para pesquisas especialmente sobre engajamento e militância política, usos sociais de titulação escolar e elites culturais e políticas. E-mail: coradini@ufrgs.br

aqueles que pressupõem a mera absorção das categorias previamente existentes até os que concebem um maior grau de autonomia na geração de categorias estatísticas. Sem qualquer pretensão de entrar aqui nos fundamentos dessas posições, é necessário destacar sinteticamente a formulação de Desrosières (2005, pág. 19-22). Frente à oposição entre determinado “realismo ingênuo” e o construtivismo “relativista”, propõe a existência de uma “circularidade entre a ação e a descrição”, que abrangeria tanto as estatísticas de origem administrativa como as enquetes. Assim, a “autonomização, cognitiva e profissional, do trabalho de estatístico público é reivindicada e adquirida de longa data”. Mas ela tem por conseqüência uma “forma de realismo ingênuo implícito” e entre os critérios oficiais de “qualidade da estatística” na Europa está incluído o da “pertinência” associada à “responsabilidade dos demandantes” ou “clientes”. Portanto, mesmo nessas condições, há a presença constante dos esquemas de classificação socialmente já constituídos nas formulações de esquemas estatísticos, ao ponto de suas particularidades nacionais decorrerem diretamente desses efeitos das classificações e códigos de entendimento pré-existentes.

Esse problema das relações entre os códigos de classificação estatística e os princípios de divisão e de hierarquização social tem diversas implicações e dentre os eixos de discussão que pautam as análises e discussões um primeiro que se destaca é aquele das modalidades em que ocorrem em cada situação nacional. Ou seja, se por um lado, com o crescimento da geração e usos de estatísticas oficiais ocorre também a intensificação da sua internacionalização, por outro, visto que os esquemas de classificação estatística estão associados aos processos e instituições nacionais, ocorre o aumento da heterogeneidade entre as situações nacionais.

Ainda quanto aos países centrais e também de modo diferenciado, aos efeitos da classificação estatística se agregam as teorias sociais e suas concepções de estruturas e de hierarquização social. Nesse ponto, considerando a bibliografia disponível, casos como o da Alemanha, da França (Chauvel e Schultheis, 2003) e dos Estados Unidos (Chauvel, 2001) têm se sobressaído na formulação e difusão de pressupostos da existência de estruturas sociais com base em princípios de hierarquização onde a principal característica seria a inexistência de “classes”.

Em condições periféricas como as do Brasil as ciências sociais e, mais particularmente a sociologia, não tem condições de formulação e de imposição de algum esquema próprio frente às classificações estatísticas ou as demais disciplinas envolvidas, como a economia e a estatística. Porém, isso não significa que os esquemas de classificação estatística não estejam baseados em determinadas concepções de sociedade, embora isso possa se tornar menos explícito. Essa matriz básica, aparentemente é decorrente da proeminência dos economistas, mas de fato de uma concepção particular de economia e de suas relações com a contabilidade nacional. Esse fundamento básico da matriz de geração ou de adaptação de esquemas de classificação estatística importados interage e se complementa com as classificações organizadas na representação corporativa e com aquelas das regulamentações escolares e das prerrogativas profissionais. Portanto, para uma melhor especificação dessa questão da autonomia tendo em vista as condições periféricas do Brasil é necessário distinguir aqueles interesses que condicionam a existência e as razões de ser de determinada política e programas de geração de informações estatísticas dos interesses e modalidades de intervenção de cada categoria social ou profissional envolvida na formulação e aplicação de seus esquemas de classificação. Aqueles interesses gerais dependem diretamente de demandas das políticas governamentais e da representação de interesses organizados, bem como de suas relações com organizações internacionais como a OIT (Organização Internacional do Trabalho). Certamente é devido a esses interesses econômicos e políticos mais gerais e suas relações com esquemas culturais e tecnologias econômicas e sociais dos centros internacionais que uma das divisões mais importantes para a compreensão dos esquemas de geração de estatísticas oficiais em condições periféricas é aquela entre estatísticas “econômicas” e “sociais”. Embora essa divisão ocorra em outras bases também em países centrais (Chauvel et al., 2002, pág. 173) no caso em pauta deve ser considerado que as chamadas estatísticas “econômicas” e suas relações com as “sociais” decorrem de uma matriz geral que tem nos esquemas das contas nacionais e sua utilização para o planejamento de políticas governamentais sua origem e razão de ser. Sendo assim, embora as estatísticas “sociais” possam ser vistas como seu contraponto, de fato, constituem seu complemento, o que tem efeitos sobre seus princípios de classificação e de definição de categorias. Dentre essas categorias “sociais” se destacam aquelas

associadas às preocupações e formulações relativas a indicadores de “pobreza”, de “desigualdade” e assemelhadas, ou seja, problemas associados à “mão-de-obra” e às modalidades de integração social.

No que tange à mencionada matriz das estatísticas “econômicas” e a conseqüente importância dos economistas, a análise da evolução da institucionalização da coleta de informações estatísticas elaborada por um diretor geral e de pesquisas do organismo encarregado, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) pode ser tomada como exemplar. Para o mesmo, tanto no que tange à montagem de um sistema nacional como às clivagens entre estatísticas “econômicas” e “sociais” o principal problema decorreria da “inexistência de um esquema teórico que capte a totalidade da realidade econômica e social”. Frente a essa situação ocorre a “construção de sistemas específicos e parciais” e nesse sentido a “distinção usual entre estatísticas econômicas e estatísticas sociais é freqüentemente caracterizada como uma segmentação de um virtual sistema estatístico nacional em dois sub-sistemas”. No caso das estatísticas “econômicas” haveria como “marcos de referência um campo específico de conhecimento (a teoria econômica e/ou a economia política) e o recorte do mundo real correspondente (o sistema econômico capitalista)”, que tem no “sistema de contas nacionais” sua síntese e articulação. No que tange às “estatísticas sociais são definidas, de certo modo, como resíduo, a partir de sua natureza não econômica” e, portanto, formando um “conjunto de estatísticas” não “articulável num sistema”. Isso decorreria particularmente da “inexistência de um campo teórico que dê conta da totalidade do social” e da “natureza freqüentemente não quantitativa das categorias analíticas utilizadas e das relações sociais...” (Guimarães, 1990, pág. 4-6; para mais detalhes sobre o conjunto das estatísticas “econômicas” e “sociais” da IBGE ver também Silva, 1990). Em síntese, aquilo que pode ser tomado como a proeminência de uma disciplina como a economia em detrimento de outra, como a sociologia, em termos mais concretos consiste no “sistema econômico capitalista” como base social das políticas de coleta de informações estatísticas e na falta de força social e política de alguma corrente da sociologia para ser tomada como abrangendo a “totalidade do social”.

Em todo caso, essa posição central dos economistas e, em segundo lugar e de modo específico, dos estatísticos está diretamente associada também com os processos de importação e de adaptação de esquemas de classificação e, inclusive de interpretação. Portanto, apesar da importância de profissionais como os economistas, seu “poder” não emana de alguma “racionalidade” ou “ciência”, mas simplesmente de sua posição e das relações com os processos de importação e de adaptação de esquemas de classificação e de interpretação da “realidade” ou dos “problemas” e suas relações com os interesses em condições de formular e de impor políticas governamentais, inclusive e especialmente aquelas de coleta e difusão de informações estatísticas. Quanto a esses interesses menos vinculados a alguma titulação escolar ou “profissional” específica e mais diretamente associados aos grandes esquemas de representação de interesses ou de formulação e controle de políticas governamentais e especificamente de programas de coleta e difusão de informações, como já mencionado, na matriz básica se destacam suas relações com a contabilidade nacional. Portanto, se trata de esquemas gerais de registro e de racionalização das relações dos interesses empresariais com as políticas governamentais, seja para fins fiscais ou de planejamento. Diretamente associado a isso se destacam os interesses das grandes categorias de empresários e de assalariados, seja do setor público ou privado, organizadas em sindicatos e centrais sindicais. Essas duas grandes bases de interesses organizados, empresariais e sindicais ou corporativos e particularmente esses últimos, interagem com os interesses e as classificações escolares, sindicais ou corporativas e ocupacionais. Em muitos casos, as lutas por classificações “profissionais” ou ocupacionais nos esquemas estatísticos são concomitantes e estão associadas com aquelas por prerrogativas e regulamentações profissionais. Porém, nessa confluência de interesses que se consolidam na matriz geral que está na base das políticas e programas de coleta e difusão de informações estatísticas os agentes de controle “político” daquilo que nas sociedades periféricas em geral é designado como “burocracias” públicas ocupam uma posição central. Nesse caso também, em termos escolares esses controladores dessas “burocracias”, particularmente aqueles dos ministérios mais diretamente envolvidos, quanto à titulação escolar podem ser constituídos por economistas ou ter outra titulação qualquer. De qualquer maneira, o que define as possibilidades de intervenção está menos relacionado com o conteúdo dessa formação escolar que

com a respectiva inserção no *spoil system* brasileiro, com base na cooptação e na ocupação de cargos de “assessoria”, de “confiança”, por “indicação”. Isso envolve diretamente a própria direção geral de organismos como o IBGE, cuja presidência depende diretamente da direção do respectivo ministério, bem como de suas relações com os demais ministérios e organismos envolvidos. Em condições como essas não apenas a fraqueza quantitativa da sociologia se sobressai, mas o fato de que o conjunto dos esquemas estatísticos está associado à mencionada divisão entre as estatísticas “econômicas” e “sociais”, o que implica numa filosofia subjacente. Isso cria as condições inclusive para tomar algo designado como “sociologia da estatística” como uma espécie de filosofia social de auto-celebração institucional².

Mesmo assim, isso não exclui algumas experiências na análise das relações entre categorias ou agrupamentos ocupacionais e posições sociais, inclusive por pesquisadores diretamente vinculados ao IBGE, se bem que em situação periférica em termos institucionais. Trata-se, no entanto, de esforços no sentido de associar as ocupações ocupacionais contidas nos censos com uma hierarquia de posições sociais na concepção extraída diretamente da teoria da estratificação norte-americana e da teoria do capital humano. Porém, nunca houve qualquer tentativa no sentido de influenciar na elaboração ou adaptação dos próprios esquemas de classificação. Como seria de esperar, tudo isso tem pretensões e objetivos “práticos”, como sua utilização na mercadologia. Uma das primeiras publicações de responsabilidade do IBGE mais diretamente sobre as relações entre categorias ocupacionais e posição social é da década de setenta do século passado (Silva, 1974). Nesse trabalho há um esforço explícito no sentido da integração de um esquema bidimensional, onde a quantidade de escolarização representa a dimensão “cultural” e o montante de rendimentos a dimensão “econômica”. Com base nisso é proposta uma fórmula de cálculo de uma “função escolaridade-rendimentos” ou da “renda socialmente esperada dado certo nível educacional”, que “é a



mesma usada pelos economistas em análise de custo-benefício de investimentos em capital humano” (Silva, 1974, pág. 8-11). Esse esquema foi aplicado aos dados do censo de 1970 e, dentre as principais conclusões é destacado o alto grau de generalidade das médias por categoria e a inexistência de “classes médias” no Brasil. Esse tipo de preocupação e de estudo foi retomado posteriormente e dentre as principais publicações se destacam o de Silva (1992) e Jannuzzi (2012; 2003). Jannuzzi (2003, pág. 8), também com base nos dados dos censos de 1980 e de 1991, sendo que para esse estudo “o poder discriminatório dos níveis de rendimento e escolaridade na classificação das ocupações vai decrescendo dos estratos posioocupacionais mais elevados em direção aos mais baixos, crescendo, em contrapartida, a importância das medidas de precarização ocupacional como rotatividade, contribuição à Previdência, risco de desemprego”. Em síntese, a aplicabilidade desses esquemas de classificação é diretamente proporcional à proximidade social de cada categoria ao topo em termos de posição social, mas também dos elaboradores e aplicadores dos próprios esquemas de classificação. Isso que aparece como um mero detalhe pode ser tomado como um dos problemas sociologicamente mais relevantes.

Foto de Eduardo Pavón,
www.eduardopavon.com

A intensificação da internacionalização e da importação de esquemas de classificação estatística e o reforço da crença na escolarização como princípio de hierarquização social

Além da intensificação da geração e da utilização de estatísticas oficiais, tanto nos países centrais como nos periféricos, no período mais recente também se aceleram os processos de internacionalização dos esquemas de classificação. Evidentemente, os efeitos e implicações desses processos dependem das relações dos esquemas importados com aqueles utilizados previamente em âmbito local e da estrutura de interesses e códigos que estão na base de sua importação e adaptação. Isso abrange diferentes espécies de esquemas de classificação, tais como de produtos, de natureza jurídica, de condição de emprego, de despesas de consumo por função, dentre outros relativos à contabilidade nacional e, por fim, de ocupação e de posição na ocupação³. Porém, para o que está em pauta, o importante a destacar é que os novos esquemas, com origem na OIT têm fortes implicações quanto à concepção de estruturas sociais, particularmente como decorrência de sua unidimensionalidade e, no que tange às categorias ocupacionais, da utilização quase exclusiva do princípio da “competência” ou da escolarização formal como critério da definição das categorias e dos agrupamentos ocupacionais.

O reforço da “competência”, conjuntamente com a inserção na divisão do trabalho, como princípios básicos de definição e de enquadramento ocupacional interage com a estrutura de representação de interesses que está na base das adaptações desses esquemas, onde, como já mencionado, se destacam as grandes organizações corporativas em interação com as lutas pelas regulamentações escolares e das prerrogativas profissionais. As principais e mais gerais das conseqüências disso são as idealizações subjacentes ou explícitas presentes nas definições das categorias ocupacionais e o reforço do mito do espaço de posições sociais ou pelo menos, do montante de rendimentos, tendo como origem ou “causa” a quantidade de escolarização formal.

Porém, o importante a destacar é que, mais que o registro ou a exclusão de alguma categoria social ou ocupacional, o problema central consiste no grau de classificabilidade variada conforme o tipo de incidência do princípio de classificação da respectiva categoria e seu enquadramento nos esquemas de classificação estatística. Sendo assim, mais que a quantidade de categorias tidas como residuais ou consideradas como “mal definidas”, importa examinar o grau de aproximação ou de distância entre os princípios de classificação próprios de cada categoria, que também não são unívocos e aqueles enunciados e aplicados no enquadramento nos esquemas estatísticos. Sendo assim, não se trata de alguma definição falsa de categoria ou de agrupamento com base em algum critério espúrio, mas do grau em que os critérios da própria categoria se relacionam de modo mais direto ou mais tangencial àqueles da classificação estatística. Diferentemente de outras situações, como aquela da França, onde o confronto do esquema da ISCO-88 (International Standard Classification of Occupations) é com o esquema de classificação nacional, em casos como o do Brasil ocorre a substituição de outro código anteriormente importado e adaptado. Trata-se de um esquema com origem na Classificação de Ocupações do Programa de Censos da América (COTA). Porém, o mais importante a destacar é que o novo esquema com base na ISCO-88 gradativamente adaptado e incorporado tem um caráter muito mais unidimensional que o anterior, que se caracteriza por ser mais compósito, o que tem muitas implicações para a utilização das informações estatísticas para qualquer estudo de estratificação social e particularmente para a análise de posições sociais enquanto um fenômeno multidimensional. Apesar de que conforme análises muito fundamentadas, como aquela de Chauvel, o esquema de Erikson, Goldthorpe e Portocarero (1983) é associado à ISCO-88 por estar assentado em determinado individualismo e realismo (Chauvel, 2002, pág. 158), para o que está em pauta importa destacar que consiste num esquema multidimensional. Em síntese, esse esquema de Goldthorpe e equipe tem a pretensão explícita de ser multidimensional, integrando tanto os indicadores relativos à “classe” como ao *status* social (Chan e Goldthorpe, 2007). Isso, no entanto, não exclui esse tipo de esquema da supervalorização da escolarização formal ou da “competência”, apesar da posição crítica de Goldthorpe e equipe relativamente à teoria do capital humano e da ideologia subjacente (Jackson, Goldthorpe e Mills, 2002). Para a ISCO-88 os princípios básicos de classificação, sejam de definição de categorias ou dos agrupamentos ocupacionais se reduzem praticamente de modo exclusivo ao grau de escolarização ou em termos mais amplos à suposta “competência” requerida para determinada ocupação e à situação

na divisão do trabalho.

No caso brasileiro, como já mencionado, a interdependência entre a importação e adaptação de esquemas de classificação vem se intensificando com a expansão dos usos de estatísticas oficiais, incorporando e interagindo com os organismos públicos de algum modo envolvidos, mas também com interesses organizados. Nesse caso trata-se particularmente das organizações empresariais e sindicais ou corporativas que mantêm vínculos formais com esses processos de adaptação na condição de “colaboradores” ou “representantes” de determinada categoria ocupacional. Isso vai de encontro à tendência de evolução das técnicas estatísticas nos centros internacionais, onde, conforme Desrosières, o pólo mais diretamente associado à enquete, em oposição aos registros administrativos, teve uma evolução na qual o “informante” se transformou num “pesquisado”, falando somente em seu próprio nome, sem qualquer outra representatividade (Desrosières, 2005, pág. 15-16). Isso deve ser destacado particularmente porque se por um lado os levantamentos como os do IBGE estão baseados na relação dos *informantes* definidos e selecionados aleatoriamente, por outro, as adaptações de esquemas como aquele da ISCO-88 pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e pelo IBGE têm como base “informantes” como “representantes” privilegiados de determinadas situações ou categorias sociais. Por exemplo, no que tange ao CBO (Código Brasileiro de Ocupações), em sua 3ª. Edição, de 2010, além de organizações de representação empresarial e sindical, também atuam nas revisões como contratadas diversas instituições de pesquisa econômica, com a participação direta também do próprio MTE, além da consultoria de uma instituição canadense e da OIT. Essas organizações formalizaram uma lista de entidades “representativas” de cada “família profissional”, que em geral consiste em algumas das maiores organizações sindicais de trabalhadores e de empresas do respectivo ramo de atividade (MTE, 2010). Disso resultaram a elaboração e as sucessivas revisões do CBO, com base no qual e na ISCO-88 o IBGE vem adaptando seu esquema de classificação ocupacional (para mais detalhes ver <http://www.ibge.gov/concla/default> Disponível em 22/03/2012)

O principal e mais geral dos efeitos disso é o fortalecimento da sobrevalorização da educação ou da “competência”, dentre outros critérios já destacados quanto à ISCO-88. Porém, certamente devido também aos critérios de seleção dos “informantes”, boa parte dos resultados das descrições das ocupações se confunde com idealizações decorrentes da projeção de um esquema baseado em determinadas suposições quanto à escolarização necessária e à divisão social do trabalho e sua generalização. Outro efeito geral disso, que pode estar vinculado inclusive com o fato de ter por base instituições administrativas e equipes de economistas, é o reforço de determinado “realismo” ou “objetivismo” próprio da ISCO-88. Em geral, as descrições de representantes sindicais, de corporações ou de empresas ou ainda as regras e divisões da titulação escolar são tomadas como equivalentes e evidências suficientes da “realidade” do “mercado de trabalho” e das “ocupações”.

Mesmo sem entrar nos detalhes, no que tange à formação e experiência necessárias à cada ocupação na quase totalidade dos casos ocorre um fortíssimo grau de idealização e de prescrição a título de descrição. Ocorre que são tomadas as regras idealizadas de acesso a determinada ocupação, seja em termos escolares ou em geral, na retórica sindical ou outra qualquer, como se fossem equivalentes ao que está para ser descrito. Conseqüentemente, na maior parte dos casos e especialmente quando se trata de categorias com posição social mais alta e com mais capital cultural, a descrição da formação e experiência e das condições gerais de exercício se aproxima dos documentos e da retórica oficial da respectiva categoria (ver MTE, 2010, vol. 1, passim).

Outro efeito direto disso, particularmente no que tange às condições de exercício, é a generalização das relações de trabalho tidas como ideais, evidentemente como decorrência do tipo de “representatividade” dos participantes e respectivos códigos de apreciação. Isso tem inclusive um efeito de homogeneização, onde se ressalta determinado tipo de relação de trabalho, em geral a de “assalariados com carteira assinada”, além de aspectos relativos à ergonomia e condições de exercício, com descrição (ou prescrição) absoluta da maior parte das categorias ou famílias ocupacionais. O grau de “distorção” dessas projeções de condições de escolaridade e de trabalho idealizadas pode ser facilmente aferido ao confrontar com os resultados empíricos dos levantamentos estatísticos realizados com base nesse mesmo esquema, como aqueles dos censos. Essa dependência e interação direta com organizações e interesses pré-estabelecidos

é reconhecida inclusive por participantes de instituições conveniadas, como aqueles da Fipe/USP, nas publicações de relatos dessa atividade (Nozoe, Bianchi & Rondet, 2003, pág. 236). O próprio mercado de trabalho tende a ser confundido com as divisões e a representação e as demandas sindicais e corporativas. Em síntese, mais que alguma lógica oculta em alguma “ciência do Estado”, o “poder” e a dominação em nome de esquemas de classificação podem estar nas relações mais prosaicas das categorias estatísticas com as estruturas sociais e de formulação e representação de interesses.

Comparativamente à ISCO-88 que serve de referência, as últimas versões do CBO não apresentam muitas diferenças. Porém, algumas são muito significativas e indicativas das condições de sua adaptação. Na apresentação da 3ª edição de 2010 no que tange às “bases conceituais” destacadas são ainda mais próximas daquelas da versão da ISCO-88 de 2007, com destaque para a definição de ocupação como “agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas”. Por sua vez, o “emprego ou situação de trabalho” é definido como “um conjunto de atividades por uma pessoa, com ou sem vínculo empregatício”. Também a exemplo da ISCO-88, é destacado o conceito de “competência”, definido como tendo duas dimensões, ou seja: o “nível de competência”, em função da “complexidade, amplitude e responsabilidade” e o “domínio (ou especialização)”,

que se relaciona com as “características do contexto do trabalho como área de conhecimento, função, atividade econômica, processo produtivo, equipamentos, bens produtivos que identificarão o tipo de profissão ou ocupação” (MTE, 2010, pág. 7-8). Portanto, a ênfase na escolarização aparece num conceito com pretensões de maior amplitude, o de “competência” e o caráter setorial é expresso principalmente na noção de “domínio ou especialização”.

Como os principais critérios de definição e agrupamento das ocupações estão baseados no grau de escolarização e no ramo de atividade, no caso das ocupações com maior titulação escolar, particularmente aquelas de nível universitário, a própria área/disciplina de conhecimento serve de referência

para o ramo ou setor de atividade. Mas como nesse caso há maior proximidade entre a esfera de formação, de regulamentação das prerrogativas profissionais e de definição da respectiva ocupação, acaba ocorrendo uma espécie de sobreposição e de “hiperrepresentatividade”. Ou seja, qualquer indivíduo e a respectiva titulação escolar podem ser classificados simultaneamente em diferentes ocupações e setores e ramos de atividade. Devido a isso, todas as ocupações com base na titulação universitária são acompanhadas por uma nota destacando que no “mercado de trabalho é comum ocorrerem casos de profissionais que exercem, concomitantemente, funções de professor universitário e pesquisador” ou, então, de determinada ocupação profissional conforme a titulação e a de professor universitário ou de pesquisador, sendo codificado conforme a atividade principal.



À primeira vista, o problema dessas relações muito indiretas e diferenciadamente tangenciais entre as classificações ocupacionais e seus significados quanto à posição social poderiam ser contornadas com a utilização da posição na ocupação ou as relações de trabalho como indicador. Porém as definições de posição na ocupação a tornam demasiadamente ampla e vaga para contribuir decisivamente para tanto. Do mesmo modo que os esquemas de classificação de ocupações, aquele relativo à posição na ocupação adotado pelo IBGE tem origem na OIT, que formulou um primeiro esquema em 1958, tendo sido reformulado em 1993 (<http://laborsta.ilo.org/applv8/data/icses.html> Disponível em 03/03/2012). Porém, os principais problemas decorrem da amplitude dos critérios. Embora tenham a pretensão de contemplar “o grau de ligação entre a pessoa e o trabalho e o tipo de autoridade”, isso está circunscrito ao tipo de “contrato de trabalho”, apesar de que possa ser “implícito” Ocorre que as diferenças quanto à “autoridade”, tanto entre cada categoria relativa à posição na ocupação quanto internamente a cada uma tomada separadamente, vão muito além do tipo de “contrato”. Isso abrange todas as hierarquizações formais ou informais, com base na estrutura de cargos, mas também na detenção e controle de outros recursos, particularmente os de cunho econômico, político e de capital de relações sociais. Conseqüentemente, com esse grau de generalidade e abstração no que tange aos princípios de classificação, as diferenças quanto à respectiva posição social abrangem distâncias que incluem, por exemplo, os que se situam no topo dos “assalariados”, podendo consistir em altas “autoridades” administrativas, políticas e econômicas, até os assalariados em condições de existência as mais precárias. Algo semelhante ocorre com a categoria dos “empregadores”, que podem incluir de grandes empresários até aqueles com apenas um empregado. Por outro lado, a divisão quantitativamente mais importante tendo em vista à especificação e a diminuição do grau de generalidade da categoria dos trabalhadores assalariados tem como critério o tipo de unidade ou de organização na qual o trabalho é realizado. Trata-se da divisão entre os “empregados” e os “trabalhadores domésticos”, que prestam trabalho doméstico remunerado, portanto, se tratando de um tipo de “empregado”, embora o local do exercício não seja uma grande organização formal, cujo modelo, como já referido, está na base da matriz desses esquemas de classificação.

Porém, além das organizações e “representantes” de setores e categorias ocupacionais e da ISCO-88, outra base de fundamentação dos princípios e critérios de prescrição quanto ao grau de escolarização e relações de trabalho, consiste nas próprias relações de interdependência empiricamente constatáveis entre a posição social ou mais especificamente, o montante de rendimentos, as categorias ou agrupamentos ocupacionais, as relações de trabalho ou posição na ocupação e o grau ou quantidade de escolarização. Portanto, nos resultados empíricos da própria aplicação destes esquemas é possível constatar determinadas relações de interdependência entre o montante de rendimentos, a ocupação, a posição na ocupação e o grau de escolarização, que em geral podem ser tomados no sentido de determinação. Além do montante de rendimentos, caso houvesse outros indicadores de posição social também poderiam ser incluídos como decorrência do grau de escolarização e, inclusive, de formalização das relações de trabalho. Isso decorre da unidimensionalidade desses esquemas de classificação estatística, tendo como base, particularmente, a divisão do trabalho e o grau de escolarização ou “competência” como princípios. Como já mencionado, essa unidimensionalidade tende a aumentar nas últimas versões da ISCO-88 e do CBO. Por exemplo, o grande grupo do CBO de maiores rendimentos, na versão atual definido como dos diretores e gerentes, contém todas as categorias de “proprietários” e de “empregadores” das versões anteriores, mas de modo apenas implícito. Embora nessas versões a condição de “proprietário” é tomada como “ocupação”, pelo menos é enunciada, ao contrário da versão de 2002 do CBO, onde essa diversidade de categorias é reduzida a “membros superiores do poder público, dirigentes de organização de interesse público e de empresa e gerentes” e na adaptação elaborada pelo IBGE, simplesmente em “diretores e gerentes”. Mas o importante a destacar é que essa unidimensionalidade, que serve de base para a conversão da interdependência do montante de rendimentos relativamente à quantidade de educação formal em determinação causal, é ainda mais acentuada nas publicações da própria OIT. Além dos próprios esquemas de classificação, isso pode ser facilmente constatado inclusive, em suas publicações, como aquelas relativas aos levantamentos internacionais periódicos do mercado de trabalho publicados no boletim Key Indicators of the Labour Market-Kilm (<http://www.ilo.org/empelm/what/wcms/index.htm> Disponível em 25/03/2012).

Quanto aos efeitos de indução de esquemas de entendimento que as idealizações contidas nesses códigos podem implicar, para tomar apenas alguns casos exemplares, no que tange às

prescrições do grau de escolarização, na versão de 2002 do CBO para os grandes grupos, tendo como base a ISCO-88, foi estabelecido quatro níveis. “O nível 4 reúne os profissionais de nível superior constantes no GG [grande grupo] 2. O nível 3 refere-se aos técnicos de nível médio, constantes no GG3. Os GGs 4, 5, 6, 7, 8 e 9 majoritariamente se referem aos trabalhadores de nível 2. Os trabalhadores elementares (nível de competência 1) encontram-se identificados em algumas famílias dos GGs 4, 5, 6 e 9 (...) Há dois grandes grupos para os quais não são associados níveis de competência, dada a sua heterogeneidade: o que se refere aos dirigentes (grande grupo 1) e o que se refere às forças armadas, bombeiros e polícia militar GG0” (MTE, 2010, V. 2, pág. 8, nota 1). Empiricamente, por exemplo, para o censo de 2010, no que tange ao grande grupo dos diretores e gerentes, pouco mais da terça parte (34,6%) tem curso superior e uma proporção um pouco mais alta (38,4%) possui o equivalente ao ensino médio, sendo que o restante tem apenas o fundamental (11,9%) ou é sem instrução ou com apenas o fundamental incompleto. Quanto ao grande grupo dois, equivalente ao nível quatro ou ao ensino superior, apenas 65,1% têm essa titulação e a quarta parte (25,0%) tem o ensino médio e o restante situa-se nas faixas inferiores de titulação. O grande grupo três, para o qual foi prescrito o nível médio, apresenta pouco mais da metade (53,5%) com esse grau, a quinta parte (21,6%) com curso superior e o restante situa-se nas faixas inferiores. O grande grupo quatro, dos trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados, que corresponderia majoritariamente ao nível dois e parte ao nível um, tem mais da metade (59,2%) com ensino médio e o restante com curso superior (15,5%), fundamental (16,2%) ou sem instrução ou com o fundamental incompleto (9,2%). Quanto ao grande grupo seis, dos trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais e da caça e da pesca, que também corresponderia majoritariamente ao nível dois e parte ao nível um, ocorre algo completamente distinto, com uma forte concentração no extremo inferior, dos sem instrução ou com o fundamental incompleto (78,5%) e quase todo o restante (12,6%) situa-se na faixa imediatamente acima, do ensino fundamental. Algo semelhante, embora em menor grau, ocorre com o grande grupo sete, dos trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios, que corresponderia majoritariamente ao nível dois, com participação no nível um, mas empiricamente com mais da metade (51,1%) na faixa do extremo inferior, correspondente aos sem instrução ou com o fundamental incompleto ou nas faixas imediatamente acima. No grande grupo oito, dos operadores de instalações e máquinas e montadores ocorre uma menor concentração no extremo inferior, mas ainda abrange quase a metade (43,1%) sem instrução ou com o fundamental incompleto e o restante nas faixas imediatamente acima. Essa concentração no extremo inferior é particularmente forte no grande grupo nove, das ocupações elementares, embora para o mesmo também seja prescrito o nível dois. Nesse grande grupo bem mais da metade (61,5%) está situada no extremo inferior, correspondente aos sem instrução ou com o fundamental incompleto e o restante nas faixas imediatamente acima. Por fim, para o grande grupo zero, correspondente aos membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares, que também estariam mais associados ao nível dois e parte no nível um, a maior concentração está no ensino médio (59,9%), com pouco mais de um quinto (21,0%) com curso superior e o restante nas faixas abaixo. Quanto às relações de trabalho, ainda que os resultados estatísticos não possam ser expostos em detalhes, cabe destacar que apenas alguns grandes grupos têm a maior parte como empregado com carteira assinada (inclusive militares e funcionários públicos estatutários). Além dos membros das forças armadas se destacam os trabalhadores de apoio administrativo (86,5%), os profissionais das ciências e intelectuais (68,4%), os operários de instalações e máquinas e montadores (65,1%) e os técnicos e profissionais de nível médio (73,0%). Por outro lado, grandes grupos como os trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, e da caça e da pesca (7,8%), das ocupações elementares (46,8%), trabalhadores qualificados, operadores e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios (49,0%), têm menos da metade nessa condição. No total do universo essa proporção atinge pouco mais da metade (54,4%) e os empregados sem carteira assinada no conjunto do universo atingem quase a quinta parte (18,9%). Os por conta própria representam a quase a quarta parte (23,9%) do total do universo. Apesar das dificuldades técnicas decorrentes das mudanças nos critérios e categorias de classificação, essas relações entre grandes grupos ocupacionais e o grau de escolarização e as relações de trabalho podem ser observadas também nos censos anteriores ao de 2010, pelo menos em termos aproximativos. Porém, essas tendências quanto à distribuição não chegam a apresentar diferenças significativas, com exceção daqueles decorrentes da menor titulação escolar em geral, comparativamente ao censo de 2010.

Isso tem implicações teóricas e metodológicas muito profundas, sendo que a mais geral está associada ao problema do grau de validade das categorias dos esquemas de classificação estatística, particularmente aquele das ocupações para a análise de estruturas e posições sociais. Frente à mencionada unidimensionalidade dos esquemas de classificação e do objetivismo primário dos critérios de revisão, que confundem idealizações e representação de interesses categoriais com condições ocupacionais, a discussão não pode se restringir ao estabelecimento de algum critério de aferição da validade ou da falsidade de determinada categoria ou agrupamento ocupacional. Como já mencionado, se por um lado o esquema utilizado anteriormente no Brasil é muito compósito, incorporando diferentes princípios de classificação de ordem distinta, além de seu caráter fortemente setorialista, com a incorporação do esquema da ISCO-88, com seu alto grau de unidimensionalidade e a projeção de códigos e interesses representados em sua adaptação, ocorre uma espécie de incidência em graus diferenciados para cada categoria ou agrupamento ocupacional. Esse grau diferenciado decorre da maior ou menor distância entre as condições e as divisões e classificações já socialmente objetivadas ou enunciadas e aquelas formalizadas e oficializadas nos esquemas de classificação estatística.

Classificações Estatísticas, Categorias Ocupacionais e Estratificação Social

No que tange mais especificamente à análise de posições sociais, os efeitos dessa matriz que tende a supervalorizar a titulação escolar e as relações de trabalho assalariadas formalizadas e o aumento da unidimensionalidade do esquema de classificação das ocupações com base na ISCO-88 tem efeitos diversos e decisivos. O primeiro e mais geral desses efeitos é o aumento das possibilidades da já mencionada confusão entre causalidade circular e efeitos reversos com determinação. Isso se aplica particularmente no princípio da “competência” ou grau de escolarização, além da situação na divisão do trabalho, como básicos para a definição das categorias e agrupamentos ocupacionais. Como a escolarização é interdependente dos demais recursos, sempre são constatáveis relações quantitativamente positivas entre a sua quantidade ou o grau de titulação e os demais indicadores de posição social, particularmente o montante de rendimentos. Porém, como os critérios de definição das categorias no esquema anteriormente utilizado no Brasil são mais compósitos, em alguns casos indicam inclusive para condição social e não apenas para “ocupação”. É o caso, por exemplo, de categorias como os empresários, os empregadores, os diferentes tipos de proprietários, dentre outras, que foram todas subsumidas pelas ocupações de “administradores” ou “dirigentes”. Desse modo, não é possível discernir o que exatamente está sendo medido ao aferir o montante de rendimentos conforme cada categoria ocupacional. Além do fato de não se dispor de indicadores relativos ao montante do patrimônio econômico e o único critério de classificação estar centrado na ocupação, é apenas dessa perspectiva que são captadas as relações com os demais indicadores. Sendo assim, embora possa fazer sentido o fato de que uma boa parte das categorias que ocupam o topo no *rank* do montante de rendimentos pertencerem ao grande grupo dos profissionais das ciências e intelectuais no censo de 2010 ou nos agrupamentos homólogos nos censos anteriores, não há como explicar porque a maior parte dos que se situam nesse topo são do grande grupo dos “administradores” ou assemelhados.

Sendo assim, relativamente às mudanças nos esquemas de classificação, cabe destacar que, se por um lado representam problemas técnicos na comparação entre censos, por outro, também servem como indicador das redefinições dos princípios e critérios subjacentes às definições das categorias ocupacionais e dos agrupamentos. No que tange particularmente ao topo quanto à posição social, as mudanças com mais implicações e com efeitos na imposição de um novo critério unidimensional consiste na substituição daquelas categorias que denotam alguma condição social com base em determinada espécie de recurso não baseado na “competência” e na situação relativa à divisão social do trabalho pelo esquema com origem na ISCO-88. Desse modo, como já mencionado, apesar do forte setorialismo com base numa determinada matriz inter e intra-setorial do trabalho ou das atividades, nos esquemas de classificação utilizados pelos censos anteriores, algumas categorias “ocupacionais” que remetem para determinada condição social com base em recursos não necessariamente decorrentes da “competência” ou da situação na divisão social do trabalho, particularmente os de ordem econômica, são pelo menos enunciadas. É o caso, por exemplo, das já mencionadas categorias como os diversos tipos de

proprietários, de empregadores, de empresários de diferentes ramos, dentre outras. Isso tem implicações muito diretas particularmente, em dois aspectos relativos à análise das relações entre categorias ocupacionais e posição social. A primeira dessas implicações é a já mencionada confusão da causalidade circular nas relações entre a detenção de determinados recursos, dentre os quais, especialmente a titulação escolar e as classificações estatísticas, como se houvesse algum efeito de determinação causal. Porém, como a “competência” supostamente requerida constitui o principal critério de classificação, na unidimensionalidade do esquema esse critério é o principal a incidir no enquadramento. Sendo assim, na medida em que todas as categorias que indicam alguma condição, como aquelas com base na detenção ou no controle de capital econômico (empresários, empregadores, etc.) são captadas apenas da perspectiva da quantidade ou da titulação escolar supostamente requerida para o exercício da ocupação. Em síntese, as diferentes espécies de empresários, empregadores e categorias semelhantes são convertidas simplesmente em “diretores” e “gerentes”.

Isso está na base dos resultados distintos ao tomar por diferentes graus de agregação como unidade de análise. Num extremo, ao tomar por grandes grupos (um dígito), na comparação dos censos de diferentes períodos, os resultados tendem a uma distribuição na qual, monotonicamente, no topo se destacam os diretores e gerentes ou as denominações equivalentes anteriores, seguidos imediatamente pelos profissionais das ciências e intelectuais ou denominações similares e já próximos da média geral quanto ao montante de rendimentos, os técnicos de nível médio e denominações semelhantes dos esquemas anteriores. Todos os demais grandes grupos tendem a se situar abaixo da média geral de rendimentos.

Por outro lado, ao tomar pelos níveis de maior desagregação o grau de alternância das categorias que ocupam o topo do montante de rendimentos é relativamente alto. É muito difícil obter algum grau maior de discernimento relativamente ao quanto essa alternância decorre de mudanças nos esquemas de classificação ou, então, de alterações nas posições relativas quanto ao montante de rendimentos. Além disso, se por um lado o grau de especificação se eleva muito ao tomar as categorias num nível mais desagregado, ocorrendo casos em que categorias componentes de um mesmo grande grupo ou subgrupo se distanciam muito, por outro o grau de dispersão (medido pelo desvio padrão), apesar de relativamente distinto, em geral é muito alto, seja ao tomar por grupos ou por categorias no nível mais desagregado.

Ao submeter a um teste de comparação de médias do rendimento mensal total em julho de 2010 para os dez grandes grupos, a distribuição forma uma escala que, grosso modo, é homóloga ao grau de titulação escolar, o que, como já mencionado, pode ser interpretado como decorrente de alguma relação de causalidade, constituindo assim mais uma base para a transformação dos efeitos de causalidade circular ou de efeitos reversos em crença. Nessa escala, no extremo superior se situam os diretores e gerentes (média de 4233,52 em moeda brasileira da época), seguidos de perto pelos profissionais das ciências e intelectuais (3498,85), pelos membros das forças armadas (3042,40) e já com uma distância maior, também pelos técnicos de nível médio (2039,51). Esses quatro grandes grupos são os que apresentam médias acima daquela do conjunto do universo (1451,02). Os grandes grupos com média abaixo apresentam variações menores, com exceção daqueles situados no extremo inferior. Pouco abaixo da média geral do conjunto do universo se situam os operadores de instalações e máquinas e montadores (1155,88), seguidos de perto pelos trabalhadores de apoio administrativo (1137,53), operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios (1072,31) e pelos trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados (1083,94). No extremo inferior se situam os trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca (792,43) e o grande grupo das ocupações elementares (630,43). Como, embora no penúltimo caso se trate de um grande grupo definido como de “trabalhadores qualificados”, mas com relativamente baixo grau de titulação escolar e o último, das ocupações elementares o critério da “competência” ou baixo grau de escolarização é o principal definidor, os resultados para esse pólo inferior quanto às médias de rendimento também confluem para o reforço da crença no grau de escolarização como determinante do montante de rendimentos.

Para o censo de 2000, que utiliza um esquema de agrupamento semelhante ao adotado em 1991 (mantendo o código anterior), os resultados são muito semelhantes aos obtidos para 2010,

apesar das diferenças de nomenclatura. O censo de 1991 foi o primeiro que adotou o novo esquema de classificação com base na ISCO-88. Essa adoção, no entanto, foi parcial e, conseqüentemente, há diferenças significativas relativamente aos esquemas adotados nos censos posteriores. Como já mencionado, os censos de 1980 e de 1970 utilizam o esquema de classificação anterior à adoção da ISCO-88, o que implica em diferenças significativas. Essas diferenças abrangem tanto os critérios e as definições dos agrupamentos como das categorias ocupacionais. No que tange aos grandes grupos relativamente ao censo de 1980, o primeiro aspecto mais geral que se evidencia é que, apesar do setorialismo característico dos critérios de definição e de agrupamento, os resultados estatísticos são muito semelhantes àqueles obtidos para os censos posteriores. Os resultados para o censo de 1970, o primeiro a se dispor de microdados, também são muito semelhantes, com algumas mudanças nas posições relativas. Em síntese, a exemplo dos demais censos examinados, na composição desse pólo superior dos rendimentos trata-se, basicamente, de um conjunto de categorias de ocupantes de cargos públicos, de profissionais portadores de titulação universitária economicamente mais valorizada, de administradores de empresas e de proprietários. Nesse censo de 1970, certamente em decorrência do esquema de classificação, não se destacam nesse pólo os administradores de organismos públicos que não os do judiciário e as categorias de proprietários aparecem em quantidade bem menor que no censo de 1980. Em todo caso, são essas categorias de proprietários que, como já mencionado, nos censos mais recentes são formalmente convertidas em tipos de administradores, conforme os novos critérios e princípios, que tomam a “competência” e a posição na divisão do trabalho como base principal e quase exclusiva, portanto, ficando impossível discernir em que medida a posição social ou, mais prosaicamente, o montante de rendimentos decorre do grau de escolarização, da posse e controle de capital econômico, do capital de relações sociais e da influência “política”, dentre outros recursos, de modo separado ou em combinação.

A alternativa para alcançar um maior grau de especificação dos grupos e categorias e suas respectivas posições no *rank* do montante de rendimentos, é tomar através de esquemas de classificação e agrupamento menos agregados. O grau máximo dessa desagregação é o nível das categorias (quatro dígitos) para os censos mais recentes. Os censos mais antigos com microdados disponíveis não dispõem de todos os esquemas intermediários, mas em compensação, ao operar com o código de classificação antigo evidenciam outras relações, como aquelas entre o grande grupo dos administradores e as diversas categorias de proprietários. A apresentação dos resultados nesses níveis mais desagregados, no entanto, seria demasiadamente extensa.

Considerações finais

O caráter unidimensional e de supervalorização da escolarização em esquemas como a ISCO-88 tem várias conseqüências. Uma das mais gerais dessas conseqüências é a equivalência entre ocupação com condição social, que decorre particularmente do pressuposto da ocupação como princípio exclusivo da participação nas atividades econômicas e sociais em geral e a escolarização como a responsável exclusiva pela “competência” e pela especialização. Essa supervalorização da escolarização está diretamente associada e é reforçada pela constatação geral de relações estatisticamente positivas entre quantidade de educação formal, montante de rendimentos e categorias ocupacionais e sua transformação em “causa” no sentido de agente causador. Simultaneamente, como a ocupação enquanto especialização funcional é tomada como modalidade exclusiva de integração social e econômica, torna-se o critério exclusivo de classificação, em detrimento daquelas “atividades” decorrentes da simples condição associada à detenção de outros recursos que não a escolarização.

Como essa supervalorização da educação ou “competência” e da especialização vinculada à divisão do trabalho e sua setorialização interage com a representação sindical ou corporativa e com o grau de reconhecimento e regulamentação formal e oficial, o principal efeito geral consiste em que o grau de “aplicabilidade” ou de adequação desse esquema é completamente variável e dependente de cada situação particular. Ou seja, do mesmo modo que categorias socialmente muito amplas e com muito peso quantitativo são classificadas de modo muito precário e tangencial ou aproximativo, como os “agricultores” ou ainda como os classificados em categorias de ocupações “mal definidas”, outras mais próximas mas insignificantes em termos ocupacionais ou

quantitativos constituem categorias formalmente especificadas. Porém, como já mencionado, não se trata apenas de algum problema mais geral centrado em algum determinado universo social ou econômico e sua inadequação frente ao esquema de classificação oficial, como o caso do “artesanato” francês descrito por Zarca (1993). No caso em pauta todas as categorias se apresentam de modo diferenciado conforme sua maior ou menor distância frente ao esquema de classificação, que decorre das relações com a divisão social do trabalho ou melhor, da leitura da mesma conforme esse esquema

Outro efeito geral dos graus diferenciados de aplicabilidade ou possibilidade de enquadramento desse esquema de classificação é que as categorias mais distantes são as que se situam nos extremos, superior e inferior, no que tange à posição social, evidentemente, por razões distintas. No extremo inferior, como se trata de um esquema fortemente centrado na escolarização e na divisão social do trabalho numa perspectiva da organização “empresarial” urbana industrial, não apenas o conjunto de categorias não integradas diretamente em relações de trabalho assalariado, como aquelas na unidade familiar e assemelhadas, como também o trabalho assalariado em unidades domésticas apresenta problemas de classificação e enquadramento. Mas, mesmo deixando de lado o conjunto de categorias classificadas de modo muito parcial ou aproximativo e tomando apenas aquelas formalmente declaradas como “mal definidas”, em geral se trata daquelas que se situam no extremo inferior quanto à posição social, seja em termos do montante de rendimentos, do grau de escolarização, da formalização das relações de trabalho ou de outro indicador qualquer. Quanto à adaptação desse esquema às condições brasileiras, é importante notar que no próprio trabalho das instituições contratadas pelo IBGE, como a FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP), as chances de classificação e o grau de “enquadabilidade” dependem explicitamente da maior proximidade e presença no universo empresarial, sindical ou corporativo e com o grau de titulação escolar, que, como já indicado, é inclusive tomado como critério básico. Isso está vinculado ao mencionado problema da “pobreza” e da “desigualdade” ou da integração social como matriz subjacente nos esquemas do IBGE.

Quanto ao pólo superior no que tange à posição social, no esquema da ISCO-88 é onde se situa o agrupamento geral definido como das ocupações “administrativas” ou de “direção”. É nesse pólo superior que esses princípios de classificação ocupacional se demonstram mais compostos, apesar de sua unidimensionalidade. Isso aparece inclusive na composição dos subgrupos desse agrupamento geral das ocupações “administrativas”, com um voltado para os “empregadores” ou “proprietários”, outro mais centrado nos “administradores” e um terceiro nos “administradores” do setor público. Em síntese, a título de “ocupação” de “administrador” são incluídas as categorias cuja principal base social de existência é a posse de capital econômico, o poder político (com base eleitoral ou por cooptação), além dos que teriam como fundamento a posição de comando no próprio estabelecimento, como “administradores” propriamente ditos. Por outro lado, como a condição de “proprietário” constitui um critério “ocupacional” independentemente das relações de trabalho, também são incluídas categorias cuja ocupação exclui qualquer função de “empregador” ou de assalariado, como os “agricultores”, os “pecuaristas”, dentre outros. Essas últimas categorias, em termos práticos na aplicação desse esquema no Brasil oscilam ambivalentemente entre esse agrupamento do topo quanto à posição social e o extremo oposto, ou seja, aquele dos “trabalhadores na agricultura”.

Tanto para a ISCO-88 como em sua aplicação brasileira o caráter setorialista do esquema de classificação de ocupações é muito mais centrado nos critérios de agrupamento. Nesse ponto também é importante notar que o único grande grupo (em nível de um dígito) do conjunto de 10 que não está relacionado com alguma esfera de produção ou conjunto de ramos de atividades é o dos “dirigentes em geral” ou, no censo de 2010, “diretores e gerentes”. Ou seja, trata-se daquele situado no topo quanto à posição social. Algo semelhante ocorre com os subgrupos (em nível de dois dígitos).

Como já mencionado, à primeira vista esses problemas decorrentes da matriz setorialista e do peso decisivo da escolarização para a análise das relações entre classificações ocupacionais e posição social poderiam ser amenizados com a utilização de indicadores como a posição na ocupação. Isso contemplaria inclusive um dos critérios principais no esquema de Erickson e Goldthorpe (1992), que destaca a modalidade de contrato ou de relações de trabalho como

principal indicador do poder de comando ou de subordinação. Porém, o principal problema na utilização da posição na ocupação no que tange às relações com a posição social é a quase exclusividade da modalidade formal da relação de trabalho como recorte do que seria posição na ocupação. Conseqüentemente, a principal divisão é aquela entre assalariados, empregadores e trabalhadores por conta própria. Os recursos de especificação, em geral, se restringem ao tipo de estabelecimento, como é o caso dos trabalhadores domésticos, ao setor (público ou privado e em alguns casos, se é militar) e, por fim, o grau de formalização ou de oficialização do vínculo de emprego, através da existência ou não de carteira assinada. Evidentemente, nesse grau de generalidade e estando assentada apenas nas relações de trabalho ou vínculo de emprego, a posição na ocupação, embora possa contribuir, se torna muito pouco discriminativa para a análise da posição social. Por exemplo, todos os funcionários públicos, independentemente da posição hierárquica ou de qualquer outro critério, acabam incluídos na mesma categoria. A isso se acresce o problema da inexistência de informações estatísticas relativas ao montante do patrimônio econômico, o que não chega a ser uma exclusividade brasileira, mas em todo caso poderiam amenizar esse alto grau de generalidade das categorias quanto à posição na ocupação.

Bibliografia

- CHAN, T. W. & GOLDTHORPE, J. H. "Class and Status: The Conceptual Distinction and its Empirical Relevance", *American Sociological Review*, 2007, 72. P.512—532
- CHAUVEL, L., "Le retour des classes sociales?" *Revue de l'OFCE*, no. 79, 2001/4. P. 315-359.
- CHAUVEL, L. *et al.*, "Enjeux et usages des categories socioprofessionnelles; Traditions nationales, comparaisons internationales et standardization européenne", *Presses de Sciences Po*, 2002/1, no. 45-46. P. 157-185.
- CHAUVEL L., " Un nouvel âge de la société américaine? Dynamiques et perspectives de la structure sociale aux États-Unis (1950-2000)", *Revue de l'OFCE*, 2001/1, nº 76. P. 7-51.
- CHAUVEL L. e SCHULTHEIS F., "Le sens d'une dénegation: L'oubli des classes sociales en Allemagne et em France", *Mouvements*, 2003/2, nº 26. P. 17-26.
- DESROSIÈRES, A., "Décrire l'État ou Explorer La société: les deus sources de La statistique publique", *Gèneses*, 2005, nº. 58, 2005/1. P. 4-27.
- ERIKSON R., GOLDTHORPE J. H., PORTOCARERO L., "Intergenerational Social Mobility and the Convergence Thesis", *British Journal of Sociology*, Vol. 34(3), 1983, pág. 303-343.
- ERIKSON, R., & GOLDTHORPE, J. H., *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*. Oxford, Clarendon, 1992.
- GUIMARÃES, C. A., Produção de estatísticas e sistema estatístico, in IBGE. *Ensaio Sobre a*
- <http://ibge.gov.br/concla/corresp.php> Disponível em 25/03/2012
- <http://laborsta.ilo.org./classification> Disponível em 25/03/2012)
- <http://www.ibge.gov.br/censo/mercosur.shtm>
- <http://www.ibge.gov/concla/default> Disponível em 22/03/2012
- <http://laborsta.ilo.org/applv8/data/icses.html> Disponível em 03/03/2012
- <http://www.ilo.org/empelm/what/wcms/index.htm> Disponível em 25/03/2012
- JACKSON, M., GOLDTHORPE, J. H. & MILLS, C., "Education, employers and class mobility", *International Sociological Association (ISA), Research Committee 28 on Social Stratification and Mobility. Conference Paper, Oxford, 2002.* (<http://www.soc.duke.edu/~rc28/> Disponível em 03/005/2012).
- JANNUZZI, P. de M., "Estratificação socioocupacional para estudos de mercado e pesquisa social no Brasil", *São Paulo em Perspectiva*, 17 (3-4), 2003. P. 247-254.
- JANNUZZI, P. de M., "Os quesitos de mão de obra nos censos demográficos brasileiros de 1960 a 2000"

- www.apep.nepo.unicamp.br/docs/eventos Disponível em 18/01/2012)
- MERLLIÉ, D., "Les categories sócio-professionelles et les conditions de leur mise en euvre", *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, (50), nov., 1983. P. 4-47.
 - MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), *Classificação Brasileira de Ocupações*. 3ª. Edição. Brasília, MTE, 2010. 3 vol. (Disponível em www.mtecbo.gov.br)
 - NOZOE, N. H., BIANCHI, A. M. & RONDET, A. C. A. "A nova classificação brasileira de ocupações: anotações de uma pesquisa empírica", *São Paulo em Perspectiva*, 17 (3-4), 2003. P. 234-246.
 - SENRA, N., *O Saber e o Poder das Estatísticas: Uma história das relações dos estatísticos com os Estados Nacionais e com as Ciências*. Rio de Janeiro, IBGE, 2005.
 - SILVA, L. F., "O IBGE e o processo de produção de estatísticas", in IBGE. *Ensaio Sobre a Produção de Estatísticas*. Rio de Janeiro, IBGE, 1990. (Textos Para Discussão no. 26).
 - SILVA, N., do V. *Posição Social das Ocupações*. Rio de Janeiro, IBGE, 1974.
 - SILVA, V. N., *Uma Proposta de Classificação das Ocupações Brasileiras*. Rio de Janeiro, IBGE, 1992.
 - ZARCA, B., "Les patrons dans la statistique officielle française", *Politix*, 23, 1993. P. 44-65.

Notas

- ¹ Com base nesse estudo, foi elaborado outro texto mais extenso, centrado nos problemas do caráter multidimensional das estruturas sociais frente aos esquemas de classificação estatística (Statistical Classifications, Occupational Categories and Social Stratification), ainda inédito.
- ² Se tomado como um caso exemplar nesse sentido o de uma publicação oficiosa cujo autor ocupou cargos de direção no IBGE, a hagiografia não se restringe a algum tipo de consagração de "figuras" ou "vultos" da instituição, mas abrange a própria disciplina numa espécie de "evolução iluminista", na qual se incluiriam as "ciências de Estado" e, evidentemente, a estatística (ver, particularmente, Senra, 2005, pág. 61-62).
- ³ Para mais detalhes relativamente às correspondências entre os usados no Brasil e a respectiva fonte internacional ver <http://ibge.gov.br/concla/corresp.php> Disponível em 25/03/2012 e para as fontes da OIT <http://laborsta/ilo.org./classification> Disponível em 25/03/2012). Mais recentemente, há um conjunto de políticas no sentido de integrar os países que formam o MERCOSUL, além de outros da América Latina, num processo de adaptação conjunta desses esquemas internacionais (<http://www.ibge.gov.br/censo/mercosur.shtm> Acessado em 10/01/2013)

Resumen

Este artículo presenta los resultados de una investigación que estudia los procesos de adaptación de los esquemas de clasificación estadística en Brasil. Los aspectos principales se refieren, en primer lugar, a la relación entre los esquemas de clasificación social y las estadísticas oficiales. En segundo lugar, se discuten aquellos problemas relacionados con la expansión de los sistemas internacionales de clasificación estadística y sus efectos en sociedades en desarrollo como Brasil. En tercer lugar, se analizan aquellos problemas específicos relativos a las relaciones entre la sociología y la formulación y el uso de los sistemas de clasificación estadística. Este trabajo plantea la hipótesis de que, además de las principales debilidades de la sociología en comparación con otras disciplinas (por ejemplo, la economía y la estadística) y el carácter instrumental respecto de las políticas gubernamentales de recopilación y uso de datos, los principales problemas de estas relaciones surgen de la unidimensionalidad de los esquemas empleados para definir y clasificar. Esta naturaleza unidimensional de los esquemas de clasificación estadística se tiende a incrementar con la creciente adopción de códigos originados en la OIT (Organización Internacional del Trabajo). Así, mientras los esquemas estadísticos de clasificación, especialmente aquellos relacionados con las ocupaciones, tienden a reafirmarse de un modo cada vez más unidimensional, los problemas relacionados con la multidisciplinariedad en los análisis de las estructuras sociales son centrales para la mayoría de las teorías sociológicas.

Palabras clave

Clasificaciones sociales y estadísticas - Clasificaciones estadísticas y ciencias sociales - Importación cultural - Estratificación social - Posiciones sociales y ocupaciones.

Abstract

This article presents the results of a study regarding the processes of adaptation of statistical classification schemes in Brazil. The major aspects first concern the relationship between social classification schemes and official statistics. Second, the problems related to the expansion of international statistical classification schemes and their effects on developing societies such as Brazil are discussed. Third, specific problems regarding the relationships between sociology and the formulation and use of statistical classification schemes are analyzed. In general, this paper hypothesizes that, aside from the major weaknesses of sociology compared with other disciplines (e.g., economics and statistics) and the instrumental nature regarding governmental policies of data collection and use, the major problem in these relationships arise from the unidimensionality of the schemes used to define and classify. This unidimensional nature of the statistical classification schemes tends to increase with the growing adoption of codes originated in the ILO (International Labor Organization). Thus, although statistical classification schemes, especially those related to occupations, tend to assert themselves in an increasingly unidimensional way, the problems related to multidimensionality in analyses of social structures are central to the majority of sociological theories.

Key words

Statistical and social classifications - Statistical classifications and social sciences - Cultural import - Social stratification - Social position and occupations.

Resumo

A pesar da diversidade dos problemas metodológicos suscitados nos usos de informações estatísticas pelas ciências sociais, o presente texto está centrado num outro eixo geral de problemas. Trata-se das relações entre as classificações sociais e as modalidades de imposição de princípios de legitimação, particularmente aqueles associados às classificações ocupacionais e à escolarização e respectivas categorias e suas implicações para a análise do espaço de posições sociais. As bases empíricas consistem no aproveitamento parcial de um trabalho com uma temática mais ampla, no qual foram analisados os processos de importação e de adaptação de esquemas de classificação estatística no Brasil e seus efeitos para a análise do espaço de posições sociais. Portanto, frente à abrangência do tema, a opção adotada foi a de privilegiar um eixo da problemática, além de abrir mão das demonstrações empíricas mais detalhadas.

Palabras chave

Informações estatísticas - Classificações sociais - Estratificação social.